

Consumo “Não Problemático” de Drogas Ilícitas: Experiências e Estratégias de Gestão dos Consumos numa Amostra Portuguesa

Olga Cruz¹, Carla Machado¹ & Luís Fernandes²

¹ Escola de Psicologia, Universidade do Minho

² Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto

A utilização de drogas ilegais tem sido estudada sobretudo nas suas dimensões negativas, mas reconhece-se actualmente a existência de consumidores cujo ajustamento geral não é significativamente prejudicado por esta prática. Neste estudo chamamos-lhes consumidores «não problemáticos». Pretende-se desenvolver uma teoria, indutivamente e através da *grounded analysis*, para explicar de que modo certos sujeitos gerem os seus consumos de forma a mantê-los «não problemáticos». A selecção dos participantes é orientada pela amostragem teórica e o acesso aos mesmos pela *snowball sampling*. Partindo dos dados de nove consumidores que cumprem os critérios de inclusão no grupo dos «não problemáticos» um dos resultados centrais prende-se com as estratégias de gestão dos consumos, como a sua ocultação, a sua regularidade e as drogas usadas. Conclui-se que é importante valorizar a perspectiva destes sujeitos e estudar os cuidados que lhes permitem manter os consumos «não problemáticos», inclusive para obter informação que possibilite evitar padrões «problemáticos».

Palavras-chave: Drogas ilícitas, Consumo «problemático», Consumo «não problemático», Gestão dos consumos.

1. INTRODUÇÃO

O consumo de substâncias ilegais é um fenómeno amplamente difundido (Shiner & Newburn, 1997). A nível europeu o OEDT (2005, p.5) advertiu para o “aumento contínuo do número de jovens a experimentar drogas”. As taxas de prevalência do consumo de substâncias ilícitas na população portuguesa dos 15 aos 64 anos permanecem, contudo, globalmente inferiores às médias europeias (Balsa, Farinha, Urbano, & Francisco, 2004). O mesmo se constata também nas populações escolares apesar da subida generalizada dos consumos, sobretudo de cocaína (IDT, 2005). De facto, em Portugal a maioria das estimativas sobre a extensão da utilização de drogas sugere entre 50,000 e 60,000 consumidores, de entre uma população total de cerca de 10 milhões de habitantes (Van Het Loo, Van Beusekom, & Kahan, 2002). Para os portugueses, a *cannabis* permanece a substância ilícita mais consumida e a heroína realça-se nos consumos problemáticos (IDT, 2005). Actualmente observa-se também a difusão do consumo recreativo entre muitos jovens convencionais e a minimização de

diferenças sociodemográficas, como o género e a classe social, no consumo (Gourley, 2004).

Contudo, a maioria dos estudos sobre a utilização de drogas ilegais – internacionalmente e também em Portugal – permanece centrada nas suas dimensões problemáticas e em amostras patológicas, obtidas junto de sistemas de controlo social (Smith & Smith, 2005). Tem sido concedida pouca atenção aos aspectos hedonísticos dos consumos e aos consumidores “funcionais” ou socialmente competentes (Smith & Smith, 2005, p.5).

Do mesmo modo, fala-se pouco sobre o prazer como motivo para os consumos (O'Malley & Valverde, 2004), embora prazer, diversão e curiosidade sejam motivos frequentemente relacionados pelos consumidores com a utilização de drogas ilegais (Balsa *et al.*, 2004; Becker, 1973; Galhardo, Cardoso, & Marques, 2006; Parker, Williams, & Aldridge, 2002). Em relação ao consumo de *cannabis*, Becker (1973) defendeu que ele frequentemente começa pela curiosidade e mantém-se porque passa a ser encarado como algo que pode trazer prazer. Segundo Becker (1973, p. 45), “se virmos o consumidor de marijuana como alguém que aprendeu a ver a marijuana como algo que lhe pode proporcionar prazer, não é difícil perceber a existência de utilizadores psicologicamente ‘normais’”.

Diversos autores têm sugerido que os comportamentos desviantes, como a utilização de drogas ilícitas, não são necessariamente patológicos nem uma ruptura abrupta com a normalidade (Becker, 1973; Fernandes, 1998). De facto, são comportamentos adoptados por muitos sujeitos que, exceptuando os consumos, são bem ajustados às normas convencionais, como por exemplo estudantes universitários e sujeitos inseridos no mercado de trabalho.

Calafat, Gómez, Juan e Becoña (2007) realizaram um estudo com 2670 jovens europeus que, embora não representativos da população, representavam as áreas recreativas mais populares de nove cidades europeias. Os seus resultados indicaram que cerca de metade dos estudantes universitários já tinha experimentado drogas ilegais, sobretudo *cannabis*. Além disso, os autores caracterizaram a sua amostra como sujeitos bem integrados e capazes de manter uma vida convencional (sendo cerca de 42% empregados e aproximadamente 49% tendo ensino universitário), embora privilegiassem o divertimento ao fim-de-semana (*ibidem*). Vários estudos conduzidos no Reino Unido com estudantes universitários realçaram, igualmente, que a sua maioria tem alguma experiência de consumo de substâncias ilícitas, surgindo a *cannabis* como

droga central enquanto as “drogas de dança” são usadas por muito menos sujeitos (Parker *et al.*, 2002, p. 946). Alguns desses estudos sugerem também que o consumo se “tornou uma parte do estilo de vida de uma proporção de estudantes significativa e não desviante” (Makhoul, Yates, & Wolfson, 1998, cit. Parker *et al.*, 2002, p. 946).

Além disso, apesar de o consumo de drogas ilegais ser mais prevalente entre sujeitos que não trabalham, essa prevalência tem aumentado entre os que o fazem (Smith, Wadsworth, Moss, & Simpson, 2004). Num estudo americano conduzido com uma amostra representativa da população em geral, Frone (2006) encontrou que cerca de 14% de adultos com emprego admite a utilização de substâncias ilícitas no mercado de trabalho e que cerca de 3% o faz em relação ao posto de trabalho, surgindo o consumo de *cannabis* e de substâncias psicoterapêuticas como o mais expressivo nos dois contextos.

Na sequência destes resultados, segundo Whiteacre e Pepinsky (2002) importa anuir que os próprios sujeitos decidam acerca do seu envolvimento no consumo, ouvir a sua própria perspectiva e deixar de perguntar: *Por que é que as pessoas consomem drogas ilegais?*, perguntando antes: *De que modo certas pessoas conseguem manter relações saudáveis com as drogas e de que modo outras desenvolvem relações não saudáveis?*

2. OBJECTIVOS

Por tudo o que foi exposto, o objectivo central do presente estudo é desenvolver um modelo teórico que permita compreender e explicar de que modo certos consumidores de drogas ilícitas conseguem manter consumos «não problemáticos». Mais especificamente, queremos perceber o que fazem e que cuidados adoptam para manter os seus consumos «funcionais», preservando o seu ajustamento geral.

3. MÉTODO

3.1 Participantes

Dados os nossos objectivos optámos por conduzir uma investigação qualitativa, em que a selecção dos participantes foi feita através de um processo de amostragem teórica e o acesso aos mesmos foi conseguido através de uma estratégia do tipo *snowball sampling*. Os participantes desta primeira fase do estudo foram

intencionalmente seleccionados por cumprirem os critérios de inclusão que definimos de forma a podermos considerá-los consumidores «não problemáticos»:

(a) Critérios externos:

- a1) Ausência de problemas médicos, sociais ou legais relacionados com os consumos;
- a2) Caracterização do sujeito por terceiros significativos como consumidor «não problemático»;

(b) Critério interno ou subjectivo:

- b1) Auto-caracterização do sujeito como consumidor «não problemático».

A primeira fase do estudo envolveu um grupo de 9 participantes, 6 homens e 3 mulheres, entre os 23 e os 32 anos e com diversas ocupações (e.g., estudante universitário; profissional da indústria).

3.2 Instrumentos

A nossa intenção era compreender, com detalhe, as questões que se colocavam e a partir da perspectiva dos participantes. Assim, optámos por realizar entrevistas qualitativas semi-estruturadas, que foram analisadas de acordo com os princípios da *grounded analysis* (Glaser & Strauss, 1967; Strauss & Corbin, 1998) e com auxílio do software QSR NVivo 8. Genericamente, o guião semi-estruturado, construído especificamente para este estudo, incluía questões sobre: (a) os padrões de consumo dos participantes (e.g., tipo de drogas usadas; regularidade do consumo; seus contextos e circunstâncias; percepções de terceiros sobre os seus consumos); (b) as suas experiências de utilização de drogas ilegais e as significações que lhes atribuem; e (c) as estratégias de gestão dos consumos utilizadas para manter consumos «não problemáticos». A entrevista ocorreu num único momento de avaliação.

3.3 Procedimentos

Aos participantes era solicitada a colaboração para um estudo sobre diferentes padrões de consumo de drogas ilegais e sobre as estratégias de gestão dos mesmos. A partir dos dados obtidos com o grupo de consumidores «não problemáticos» construímos um primeiro modelo teórico para explicar de que modo certos consumidores de drogas ilícitas conseguem manter consumos «não problemáticos».

Para a validação do modelo teórico efectuámos uma consulta aos participantes, apresentamos-lhes o modelo e todos concordaram com ele. Para o enriquecer e validar,

o passo seguinte, actualmente em curso, é a recolha e análise dos dados de dois grupos contrastantes: consumidores «problemáticos» e consumidores «ex-problemáticos».

4. RESULTADOS

4.1 Resultados centrais em que se apoia o modelo teórico

Na nossa amostra a curiosidade surgiu como o principal motivo para o primeiro consumo de uma droga ilegal (n=7). Além disso, todos os participantes demonstraram percepções relacionadas com a difusão actual da utilização de drogas ilícitas e com a aceitação social do consumo no que respeita à *cannabis*.

Para todos os entrevistados, a *cannabis* surgiu como a primeira droga ilegal usada (em média aos 15 anos) e as outras substâncias ilícitas só começaram a ser consumidas quando eram mais velhos (em média aos 19 anos). Para a maioria dos participantes, o *ecstasy* foi a primeira droga além da *cannabis* que experimentaram (n=6). Além disso, todos admitiram ter passado por um período, mais ou menos longo, de experimentação de diversas outras substâncias ilícitas, sobretudo de outros estimulantes, como por exemplo a cocaína (n=7) e de alucinogéneos, como os cogumelos alucinogéneos (n=7) e os ácidos (n=6).

Todos os participantes conotaram como positivas a maioria das suas experiências de consumo, destacando o prazer como o aspecto mais valorizado (n=9). Não obstante, todos identificaram também alguns aspectos negativos relacionados com o uso de certas substâncias, como a maior preguiça com a utilização de *cannabis* (n=6) e os perigos do consumo em relação a outras drogas além dos canabinóides (n=3). Além disso, três sujeitos admitiram experiências realmente negativas com a utilização de certas substâncias, como a heroína e o *crack*.

A importância das vivências com pares que também consomem foi referida por todos os participantes como um meio de aprendizagem sobre as drogas (n=9), inclusive através de conversas com pares (n=8) e da observação de comportamentos (n=7). Assim, o consumo dos pares surgiu como um modelo (n=7), inclusive para a decisão de consumir, ou não, uma droga (n=6). As vivências com pares que consomem foram também realçadas como um importante meio de aprendizagem sobre os efeitos e consequências das substâncias (n=9), o que era congruente com a percepção da maioria dos participantes acerca da importância do uso informado das drogas (n=8), inclusive para evitar experiências negativas (n=5). Além disso, cinco entrevistados realçaram

também a importância das vivências com pares que consomem como um meio de aprendizagem sobre as estratégias de gestão dos consumos, relacionadas por exemplo com o tipo de drogas usadas (n=3) e com a sua regularidade e frequência (n=2).

Na nossa amostra, actualmente apenas quatro participantes tinham monoconsumos, só de *cannabis*, e a maioria tinha policonsumos (n=5). Neles, a *cannabis* realçava-se como a principal droga usada (n=5), apesar de ser acompanhada pelo uso ocasional de outras substâncias ilícitas, sobretudo estimulantes e em concreto cocaína (n=5). Esse grupo de sujeitos tinha um consumo continuado dessas drogas ilegais, embora num padrão ocasional, há uma média de 9 anos. Além disso, tanto nos mono como nos policonsumos verificou-se uma utilização regular e diária de *cannabis* (n=9), que ocorria já há uma média de 10 anos.

Os participantes discutiram diversas estratégias ou cuidados de gestão dos consumos, relacionadas em concreto com: o tipo de drogas usadas (n=9); a regularidade e frequência dos consumos (n=9); os seus contextos e circunstâncias (n=9); a sua ocultação (n=9); a gestão da aquisição das drogas (n=9); as vivências com pares que também consomem (n=9); e a quantidade de drogas usada (n=7).

Em relação ao tipo de substâncias utilizadas, foi consensual a diferenciação das drogas (n=9) e a maioria distinguiu dois grandes grupos – por um lado a *cannabis* e os seus derivados e por outro todas as outras drogas ilegais (n=8). Essa sua distinção baseava-se nos efeitos distintos que consideravam ser provocados pelas diferentes substâncias e que encaravam como menos prejudiciais apenas no que respeita à *cannabis* (n=8). No que concerne às outras drogas ilícitas a maioria dos participantes estabeleceu distinções adicionais (n=7), que exemplificaram contrastando principalmente a heroína com a cocaína inalada (n=7). A ideia da maioria dos sujeitos era que todas as drogas além da *cannabis* são prejudiciais, mas umas – concretamente os estimulantes e os alucinogéneos – são mais controláveis do que outras, em especial os opiáceos (n=7). Desse modo, a maioria dos participantes realçou a importância de, para manter um consumo «não problemático», não usar heroína (n=6) e três referiram-no também em relação ao *crack*. Importa também destacar que a maioria dos entrevistados se revelou consciente dos malefícios do consumo de drogas (n=6), sobretudo com substâncias “mais pesadas” (n=6) e em concreto com a heroína (n=5) e a cocaína (n=3).

Quanto à regularidade e frequência dos consumos foi consensual a necessidade de os conciliar com o cumprimento das actividades convencionais (n=9), o que implicava

reduzir a sua regularidade e frequência, sobretudo por constrangimentos ocupacionais (n=9). No entanto, a maioria dos participantes admitiu trabalhar ou estudar sob o efeito das drogas ilegais, mas apenas da *cannabis* (n=6). Essa prática era compreensível se se considerar a percepção consensual dos sujeitos de que o consumo de *cannabis* era compatível com o cumprimento das actividades normativas. O mesmo não defenderam em relação às outras drogas ilícitas (além da *cannabis*) que, segundo eles, só podiam ser utilizadas ocasionalmente e em contexto de ócio, para se conseguir manter um consumo «não problemático» (n=9).

Em relação às circunstâncias e contextos dos consumos foi consensual a importância de usar as drogas nos contextos certos (n=9), para melhor usufruir da sua utilização (n=7) e para evitar experiências negativas (n=6). Assim, a *cannabis* e os seus derivados surgiram como as únicas substâncias ilegais que podiam ser consumidas em praticamente qualquer contexto e circunstância, sozinhos ou com outros (n=9). Todas as outras drogas ilícitas só podiam, segundo os participantes, ser usadas em contextos e circunstâncias especiais, mais festivas e sempre na presença de outros (n=9). Os contextos físicos de festas (n=9) e as residências particulares (n=8) surgiram como importantes locais de consumo.

Para preservar a imagem social, foi consensual a necessidade de ocultar as utilizações de substâncias ilícitas, inclusive para evitar julgamentos negativos, a nível social (n=9) e familiar (n=5), e para evitar problemas legais (n=6). De facto, a maioria dos participantes admitiu já ter tido, pelos consumos, algum tipo de experiências com agentes da autoridade, embora realçando a ausência de repercussões negativas significativas (n=5). Além disso, foi também consensual a possibilidade de ocultação dos consumos, o que implicava o uso das drogas em locais resguardados (n=9).

Igualmente consensual foi a importância de gerir a aquisição das substâncias, fazendo-o preferencialmente a conhecidos (n=9) e em locais seguros (n=7), sobretudo para garantir a ocultação da transacção (n=5), mas também a qualidade das drogas, já que essa foi uma preocupação manifestada pela maioria dos participantes (n=7).

Por fim, para obter efeitos positivos e evitar experiências desagradáveis, a maioria dos entrevistados acrescentou a referência a cuidados relacionados com a quantidade de drogas usada (n=7), realçando a importância de não consumir em grandes quantidades (n=6).

Embora as referências a estes cuidados tenham sido comuns aos diversos sujeitos, todos consideraram que a gestão dos consumos era idiossincrásica e influenciada por

características pessoais dos consumidores (n=9), como a sua capacidade de autocontrolo (n=7).

Importa ainda dizer que todos os entrevistados nesta primeira fase do estudo se caracterizaram como consumidores «não problemáticos» (n=9), por se considerarem capazes de, não obstante os consumos, se manter ajustados nas várias áreas da vida (n=9).

4.2 Modelo teórico para explicar de que modo certos consumidores de drogas ilegais conseguem manter os seus consumos «não problemáticos»

Com base nos resultados anteriores concluímos que o consumo «não problemático» de drogas ilícitas é um processo constante de auto-regulação da utilização dessas substâncias.

Esse consumo inicia-se sobretudo pela curiosidade pelas drogas e é facilitado pelas vivências com pares que consomem, inclusive por facilitarem o acesso e a aquisição das substâncias. Esses dois factores contribuem para o desejo de consumir e a concretização desse desejo é facilitada por certas percepções legitimadoras da utilização de substâncias ilícitas, sustidas pelos sujeitos, como a ideia da difusão actual dos consumos e a ideia da aceitação social do uso de *cannabis*.

Reúnem-se assim as condições para que ocorra a iniciação dos consumos, o que tende a acontecer com a *cannabis*, seguindo-se um período de experimentação de várias outras drogas ilegais.

Durante os consumos os sujeitos vão tendo diversas experiências, mais ou menos positivas, que juntamente com as vivências com pares que também consomem os levam a desenvolver certos cuidados de gestão dos seus consumos.

De facto, em função da qualidade das experiências de utilização de drogas que vão tendo, os sujeitos vão moldando os seus consumos: as experiências positivas, que proporcionam prazer e que são as mais frequentes, contribuem para a manutenção dos consumos; os aspectos negativos experienciados com o uso de certas drogas, apesar de não serem suficientemente significativos para provocar o abandono dos consumos, contribuem para a sua adaptação de modo a evitar tais aspectos negativos. Por sua vez, algumas experiências realmente negativas com a utilização de certas drogas, ainda que muito mais raras, fazem com que os sujeitos nunca mais as consumam.

Assim, o consumo «não problemático» é informado pela qualidade das experiências pessoais de utilização das substâncias e pelas vivências com pares que

também consomem, já que estas últimas surgem como importantes meios de aprendizagem sobre as drogas e como modelos, inclusive para a decisão de consumir ou não uma substância. Em função desses dois factores, os sujeitos vão desenvolvendo certos cuidados de gestão dos seus consumos, de modo a potenciar o prazer e a minimizar os seus potenciais aspectos negativos.

O processo de auto-regulação dos consumos envolve a ponderação constante da relação entre os custos – leia-se os malefícios das drogas e os aspectos negativos dos consumos – e os benefícios – em concreto o prazer que deles retiram. Esse processo implica a gestão contínua dos consumos, ainda que, muitas vezes, ela não seja conscientemente pensada nem conscientemente aplicada. No entanto existe e inclui cuidados diversos de gestão da utilização das drogas.

De entre esses cuidados realçam-se os que se referem ao tipo de drogas usadas e à regularidade e frequência da sua utilização, já que é em torno dessas duas dimensões que se tende a definir o padrão de consumo actual. Isto porque, apesar de os sujeitos passarem tendencialmente por uma fase inicial de experimentação de várias substâncias ilícitas, ao longo do tempo os seus consumos tendem a desenvolver-se e a estabilizar num padrão de consumo que, em geral, envolve o uso regular de *cannabis* e o uso só ocasional de todas as outras drogas ilegais. Esse padrão é frequentemente mantido durante muito tempo, não se tratando de consumos fugazes.

Com o tempo – e fruto das suas experiências pessoais de utilização das drogas e das experiências com pares que consomem – os sujeitos vão desenvolvendo mais cuidados de gestão do consumo.

O objectivo central desses cuidados (que, no entanto, muitas vezes não são conscientemente pensados nem reflexivamente aplicados) é manter a funcionalidade nas diversas áreas de vida, o que envolve três sub-objectivos: (a) controlar o consumo; (b) preservar a imagem social e evitar o estigma; e (c) obter efeitos positivos e evitar experiências desagradáveis.

Para manter o controlo sobre o consumo realçam-se cuidados relacionados com: o tipo de drogas usadas; a regularidade e frequência dos consumos; e os seus contextos e circunstâncias. Para preservar a imagem social e evitar o estigma destaca-se a importância: da sua ocultação; da gestão da aquisição das drogas; e, outra vez, dos contextos e circunstâncias dos consumos. Por fim, para obter efeitos positivos e evitar experiências desagradáveis salientam-se os cuidados relacionados com: a quantidade de drogas usada; e, de novo, com o tipo de drogas consumida, os contextos e circunstâncias

dos consumos e também com as vivências com pares que consomem (já que são valorizadas como um importante meio de aprendizagem sobre as drogas).

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A evolução dos padrões de consumo da nossa amostra – *cannabis* como droga de iniciação e posterior experimentação de outras substâncias ilícitas – está de acordo com os resultados de alguns estudos desenvolvidos neste domínio. Por exemplo, numa investigação portuguesa observa-se que, em geral, o começo do consumo de *cannabis* precede o das outras drogas ilegais e que só numa idade mais próxima da educação superior se tende a começar a utilização de estimulantes, alucinogéneos e opiáceos (Galhardo *et al.*, 2006).

No presente estudo é consensual a estabilização dos consumos em torno da *cannabis* como droga central e a maioria dos participantes tem policonsumos, nos quais o uso de *cannabis* é acompanhado pela utilização, apenas ocasional e em circunstâncias e contextos especiais, de outras drogas ilícitas, sobretudo estimulantes como a cocaína inalada. Vários estudos reportam padrões de policonsumo semelhantes (Galhardo *et al.*, 2006; Levy *et al.*, 2005; Silva, 2005). O contexto *partying-clubbing*, por exemplo, realça-se como central para o padrão de policonsumo recreativo e a maioria dos seus actores são utilizadores diários de *cannabis* e consumidores regulares aos fins-de-semana de drogas de dança, como estimulantes, que frequentemente misturam com drogas legais como o álcool (Parker *et al.*, 2002). Outros estudos sugerem também que o consumo de drogas ilícitas é particularmente significativo entre os sujeitos que frequentam contextos de recreação nocturnos (Calafat, *et al.*, 2007; Galhardo *et al.*, 2006; Parker *et al.*, 2002; Silva, 2005). Em Portugal, Galhardo e colaboradores (2006) sublinham que, por exemplo em relação à cocaína, o seu consumo tende a ser recreativo e a ocorrer sempre na companhia de amigos, em casa ou em festas. A evidência destes padrões de policonsumo sugere a necessidade de adaptar as estratégias de intervenção neste fenómeno, pelos riscos concretos que eles podem acarretar. Além disso, a emergência da associação entre os hábitos recreativos de vida nocturna e o consumo de drogas ilícitas aponta para a necessidade de se centrar a intervenção (inclusive de redução de danos) nesses actores e nesses contextos.

No entanto, e à semelhança dos nossos dados, outros estudos sugerem que os consumidores de drogas ilegais têm consciência dos riscos que essa prática pode

encerrar – por exemplo riscos para a saúde ou para o desempenho ocupacional (Parker *et al.*, 2002) – e em função deles orientam os seus consumos, de modo a evitá-los (Kelly, 2005; Parker *et al.*, 2002; Shiner & Newburn, 1997; Silva, 2005). Nesse sentido, ponderando os riscos e os benefícios potencialmente associados aos consumos, os sujeitos que decidem utilizar as drogas fazem-no adoptando alguns cuidados de gestão dos consumos, de modo a minimizar eventuais consequências negativas (Kelly, 2005; Whiteacre & Pepinsky, 2002).

Do nosso ponto de vista, a adopção desses cuidados por certos consumidores sugere que eles são, em alguma medida, responsáveis com o seu consumo e, desse modo, capazes de se manter ajustados nas diversas áreas da sua vida. De facto, os nossos dados apontam a possibilidade de existir consumos e consumidores «não problemáticos»/funcionais de drogas ilícitas. Realçamos que a nossa amostra foi seleccionada em função de critérios externos e internos, incluindo a identificação dos sujeitos por terceiros e pelos próprios como consumidores «não problemáticos». Os nossos resultados mostram que os sujeitos justificam essa auto-caracterização sobretudo por serem integrados e ajustados nas diferentes áreas de vida. Essa integração e valoração social de certos consumidores é também documentada noutros estudos (Frone, 2006; Galhardo *et al.*, 2006; Parker *et al.*, 2002; Smith *et al.*, 2004). Por exemplo, Smith e Smith (2005, p. 18) descrevem os seus participantes como consumidores “funcionais”, pela sua capacidade de conciliar os consumos com a manutenção de um trabalho e de um estilo de vida “normal”.

Na nossa perspectiva, esse consumo funcional é, pelo menos na nossa amostra, mantido sobretudo por três conjuntos de estratégias destinadas a manter a funcionalidade nas diferentes áreas de vida: (a) estratégias para manter o controlo sobre o consumo; (b) estratégias para preservar a imagem social e evitar o estigma; e (c) estratégias de gestão dos consumos para obter efeitos positivos e evitar experiências desagradáveis.

Em relação a esta última estratégia, importa realçar que o prazer surge como a dimensão mais valorizada nos consumos de substâncias ilícitas. Este é um aspecto importante já que os discursos dominantes, dos governos e das comunidades científicas, raramente destacam o prazer ou a diversão como motivos para o consumo de drogas. Pelo contrário, esses discursos tendem a estabelecer uma associação linear entre o consumo e diversos problemas (O’Malley & Valverde, 2004) e arriscam-se, assim, a não compreender bem as motivações e experiências dos consumidores.

Além disso, várias prescrições identificadas pelos participantes – e também realçadas noutros estudos – visam preservar e aumentar os efeitos agradáveis das drogas e minimizar as hipóteses de *bad trips*, como por exemplo a busca de informação sobre as drogas (Kelly, 2005; Silva, 2005), a selecção dos contextos de consumo (Gourley, 2004; Shiner & Newburn, 1997) e o controlo da quantidade de drogas usada (Gourley, 2004; Parker *et al.*, 2002; Shiner & Newburn, 1997; Silva, 2005). Os conselhos e as experiências com pares que consomem surgem também como uma dimensão central da regulação do uso de drogas.

De facto, estudos anteriores sugerem que os sujeitos decidem sobre a experimentação das drogas e sobre a forma como as consumir em função dos mecanismos de controlo social e das suas aprendizagens em grupos de consumidores (Becker, 1973; Gourley, 2004). Nesses grupos parece haver uma difusão de normas que ajudam a gerir os consumos de drogas e a evitar más experiências (Whiteacre & Pepinsky, 2002).

Também para controlar os seus padrões de consumo e não permitir que se tornem problemáticos, uma norma que se destaca relaciona-se com a linha que, segundo os participantes, separa a *cannabis* de todas as outras drogas ilegais e com a sua recusa de substâncias como a heroína e o *crack*. Outras drogas, como estimulantes (excepto o *crack*) e alucinogéneos, são percebidas como menos prejudiciais, embora perigosas, e nesse sentido podem ser consumidas, segundo os nossos sujeitos, mas apenas ocasionalmente, em circunstâncias e contextos seleccionados. Do mesmo modo, Parker e colaboradores (2002) destacam que os sujeitos optam por não consumir, sobretudo, heroína e *crack*, por as considerarem drogas mais prejudiciais e tendem a optar por consumir substâncias que consideram não prejudicar o desempenho ocupacional, num esforço de conciliar o consumo com as responsabilidades e actividades normativas. De facto, além de manter a qualidade das suas experiências de consumo, todos os nossos sujeitos demonstram preocupações relacionadas com a manutenção da sua funcionalidade em todos os domínios da sua vida, sobretudo nas suas ocupações. Isto é, do nosso ponto de vista, especialmente importante pois trata-se de uma componente central da sua autodefinição como consumidores «não problemáticos». Na realidade, algumas prescrições dos participantes, como reduzir a regularidade e frequência dos seus consumos, são feitas também de modo a articulá-los com as outras responsabilidades sociais.

Em relação à ocultação dos consumos, de forma a evitar problemas legais e o estigma social, Becker (1973) realçou a existência de casos de *desviância secreta*, quando o comportamento do sujeito não se conforma com as normas mas não é visto como desviante. No presente estudo é possível considerar que alguns consumidores são «não problemáticos», em parte, porque a sua desviância é secreta para a sociedade em geral. Essa ocultação é percebida como possível, sobretudo no que respeita à *cannabis*, e convertida em prescrições sobre os contextos de consumo (tanto sociais como espaciais) e em estratégias relacionadas com a aquisição das drogas. Além disso, já nos anos setenta, Goffman (1975) estudou a capacidade de encobrimento, exemplificando-a com os consumidores de marijuana, que considerava poderem aprender que como a sua característica distintiva é pouco perceptível podem ser discretos acerca dela. A necessidade dessa ocultação implica que se pense nos problemas para os consumidores criados, não pelas próprias drogas, mas pelas políticas proibicionistas (Smith & Smith, 2005) e pela conseqüente estigmatização social dos consumos e dos consumidores.

6. CONCLUSÕES

O principal objectivo do presente estudo é compreender e explicar de que modo certos consumidores de drogas ilícitas conseguem manter consumos «não problemáticos». Cremos ser fundamental encarar o fenómeno da utilização de substâncias ilegais em toda a sua amplitude e diversidade, desde as dimensões mais negativas ou problemáticas até às experiências que não se enquadram nas noções de consumo/consumidor «problemático». Parece-nos essencial ouvir e valorizar a perspectiva destes actores sociais e estudar os cuidados que adoptam e que lhes permitem manter os consumos de substâncias ilícitas «não problemáticos». Na nossa opinião, uma melhor compreensão destas vivências conduzirá a uma visão mais complexa das experiências dos consumidores e trará informação importante para evitar padrões de consumo problemático.

Na nossa perspectiva, é mais proveitoso estimular a responsabilidade nos consumos, diminuindo assim os potenciais danos a eles associados (Whiteacre & Pepinsky, 2002), do que tentar acabar com as drogas e garantir a abstinência (Van Vliet, 1990, cit Parker *et al.*, 2002).

CONTACTO PARA CORRESPONDÊNCIA

Professora Doutora Carla Machado
 Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga
cmachado@iep.uminho.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balsa, C., Farinha, T., Urbano, C. & Francisco, A. (2004). *Inquérito nacional ao consumo de substâncias psicoactivas na população portuguesa – 2001*. Lisboa: CEOS, Investigações Sociológicas, FCSH, UNL.
- Becker, H. S. (1973). *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press.
- Calafat, A., Gómez, C., Juan, M. & Becoña, E. (2007). Weekend nightlife recreational habits: prominent intrapersonal “risk factors” for drug use?. *Substance use & misuse*, 42, 1443-1454.
- Fernandes, L. (1998). *O sítio das drogas. Etnografia das drogas numa periferia urbana*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Frone, M. (2006). Prevalence and distribution of illicit drug use in the workforce and in the workplace: findings and implications from a U.S. National Survey. *Journal of Applied Psychology*, 91, 856-869.
- Galhardo, A., Cardoso, I. M. & Marques, P. (2006). Consumo de substâncias em estudantes do ensino superior de Coimbra. *Toxicodependências*, 12, 71-77.
- Goffman, E. (1980). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gourley, M. (2004). A subcultural study of recreational ecstasy use. *Journal of Sociology*, 40, 59-73.
- Instituto da Droga e da Toxicodependência – Observatório de Drogas e Toxicodependências (2005). *Relatório anual 2004. A situação do país em matéria de drogas e toxicodependências. Vol. I – informação estatística 2004*. Lisboa: IDT.
- Kelly, B. (2005). Conceptions of risk in the lives of club drug-using youth. *Substance use & misuse*, 40, 1443-1459.
- Levy, K., O’Grady, K., Wish, E. & Arria, A. (2005). An in-depth qualitative examination of the ecstasy experience: results of a focus group with ecstasy-using college students. *Substance use & misuse*, 40, 1427-1441.

- Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (2005). *Relatório anual 2005: A evolução do fenómeno da droga na Europa*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- O'Malley, P. & Valverde, M. (2004). Pleasure, freedom and drugs: the uses of 'pleasure' in liberal governance of drug and alcohol consumption. *Sociology*, 38, 25-42.
- Parker, H, Williams, L. & Aldridge, J. (2002). The normalization of 'sensible' recreational drug use: further evidence from the North West England longitudinal study, *Sociology*, 36, 941-964.
- Shiner, M. & Newburn, T. (1997). Definitely, maybe not? The normalisation of recreational drug use amongst young people. *Sociology*, 31, 511-529.
- Silva, V. (2005). Techno, house e trance. Uma incursão pelas culturas da "dance music". *Toxicodependências*, 11, 63-73.
- Smith, A., Wadsworth, E., Moss, S. & Simpson, S. (2004). *The scale and impact of illegal drug use by workers*. London: Health & Safety Executive/ Crown.
- Smith, M. & Smith, P. (2005). The problem of drug prohibition for drug users: a Mertonian analysis of everyday experience. *Electronic Journal of Sociology*, 7. ISSN: 1198 3655. Recuperado em 05 de Novembro de 2009, de <http://www.sociology.org/content/2005/tier1/smith.html>.
- Van Het Loo, M., Van Beusekom, I. & Kahan, J. (2002). Decriminalization of drug use in Portugal: the development of a policy. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 582, 49-63.
- Whiteacre, K. & Pepinsky, H. (2002). Controlling drug use. *Criminal Justice Policy Review*, 13, 21-31.